



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ESTADO DE SÃO PAULO



Parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 15/2025. (PARECER Nº 46/2025)

PARECER OPINATIVO. Processo Legislativo.

Projeto de Lei Complementar nº 15/2025, que altera Altera os Anexos V, VII, IX e X da Lei Complementar nº 376, de 14 de dezembro de 2023, com posterior alteração, que dispõe sobre a organização administrativa e a implantação do Plano de Carreira, Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis e do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, e dá outras providências. Inteligência do art. 18, inciso I do art. 30, todos da CF/88. Iniciativa fundamentada no incisos I e III, do art. 210, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cordeirópolis c/c as disposições contidas no inciso II, do artigos 49 e inciso VI, do artigo 81, ambos da Lei Orgânica do Município. Normativa com natureza jurídica de administração política administrativa. Inexistência de vício de iniciativa, bem como de violação à regra ou princípio constitucional.

1. CONSULTA: Trata-se de solicitação emanada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cordeirópolis/SP, objetivando a análise e manifestação acerca da constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Complementar nº 15/2025 de iniciativa do Poder Executivo do Município de Cordeirópolis/SP.

O projeto de lei que ora se aprecia (Projeto de Lei Complementar nº 15/2025), *“altera os Anexos V, VII, IX e X da Lei Complementar nº 376, de 14 de dezembro de 2023, com posterior alteração, que dispõe sobre a organização administrativa e a implantação do Plano de Carreira, Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis e do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE”*, como forma de corrigir omissões e inconsistências.

É o breve relato dos fatos. Passa-se à apreciação.

2. CONSIDERAÇÕES: No procedimento prévio de controle de constitucionalidade estruturado no âmbito da produção legislativa municipal, de um modo geral, aprecia-se a legalidade e constitucionalidade do projeto de lei sobre três perspectivas elementares: *i) a matéria legislativa proposta deve se encontrar entre aquelas autorizadas pela CF/88 aos Municípios; ii) se foi respeitada a rígida observância das preferências quanto à iniciativa para proposição prevista pela ordem jurídico-constitucional; iii) a possibilidade de violação por parte da matéria legislativa proposta à direitos fundamentais ou instituições tuteladas por regras ou princípios constitucionais.*

Segundo o proponente, o projeto de lei complementar em análise, que modifica que altera os anexos V, VII, IX e X, da Lei Complementar nº 376/2023, se justifica pelo fato de que esses anexos *“deixaram de contemplar informações essenciais ao adequado funcionamento da Administração Direta e Indireta. O Anexo V, responsável por disciplinar os cargos em comissão e as funções gratificadas da Administração Direta, não trouxe a totalidade dos cargos necessários, ocasionando omissões e dificuldades na consolidação da estrutura aprovada. Já o Anexo VII, que trata da descrição das funções desses cargos, igualmente apresentou lacunas que comprometem a clareza quanto às atribuições correspondentes. Da mesma forma, no âmbito da Administração Indireta, o Anexo IX, relativo ao quadro de cargos em comissão e funções gratificadas, careceu de ajustes para refletir corretamente a realidade organizacional do SAAE. Conseqüentemente, o Anexo X, responsável pela descrição das funções desses cargos, também exige complementação para assegurar a devida coerência normativa. Além da ausência de cargos e funções, foram identificadas inconsistências de nomenclatura e de enquadramento, a*



exemplo da previsão de "Diretor de Gestão Operacional" quando, na verdade, a Lei original estruturou o cargo como "Diretoria de Gestão Administrativa". A presente proposição, portanto, busca corrigir tais omissões e imprecisões, promovendo a necessária adequação entre a estrutura administrativa criada pela Lei Complementar nº 376/2023 e os quadros de cargos comissionados, funções gratificadas e suas descrições, previstos nos Anexos V, VII, IX e X. Trata-se de medida indispensável para garantir coerência, completude e efetividade à legislação. Com esses ajustes, o Município terá seu organograma devidamente consolidado, permitindo a correta designação dos cargos de direção, chefia e assessoramento, bem como a vinculação das respectivas funções gratificadas, em conformidade com a estrutura administrativa aprovada pelo legislador".

Nesse sentido, temos a utilização legítima da competência legislativa disposta para os Municípios, elencadas no artigo 18 e inciso I, do art. 30, ambos da Constituição Federal, respectivamente "in verbis":

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

Art. 30 – Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

Portanto, na opinião dessa Diretoria Jurídica, trata-se de típica matéria de *interesse local*, cuja produção legislativa encontra-se autorizada pelo artigo 18 e inciso I do art. 30, ambos da Constituição Federal, razão pela qual, se enquadra perfeitamente nas autorizações franqueadas para legislar aos Municípios, no âmbito de sua discricionariedade político-administrativa.

Quanto ao requisito, vício de iniciativa, nada há em face do Projeto de Lei Complementar nº 15/2025, que impeça sua regular tramitação perante o presente processo legislativo, em virtude do que dispõe o inciso III, do artigo 210, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cordeirópolis.

Art. 210 São iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica e aumento de sua remuneração;

III. criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública;

Já a Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis, respectivamente, os artigos 49 e inciso VI, do artigo 81, dispõe nesse mesmo sentido:

Art. 49 Compete, exclusivamente, ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre:

I - criação e extinção de cargos, funções e empregos públicos na administração direta e autárquica, bem como a fixação da respectiva remuneração.

Art. 81 Ao Prefeito compete, privativamente:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento municipal, na forma da lei;

O projeto de lei **não cria novos cargos nem altera as tabelas de vencimentos**, focando apenas nos requisitos de provimento. Por não gerar aumento de despesa direta, a exigência de um estudo prévio de impacto orçamentário (Art. 113 do ADCT)



pode ser considerada de menor complexidade. No entanto, é sempre recomendável que a justificativa do projeto aborde a ausência de impacto financeiro.

Como se não bastasse o referido projeto de lei Complementar vem acompanhado da estimativa de impacto orçamentário e da declaração do ordenador de despesa, em conformidade com os artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), demonstrando que a medida proposta representa apenas um ajuste na estrutura administrativa já existente e orçada, alinhando-se aos princípios de gestão fiscal responsável, uma vez que restou demonstrado que a estimativa de gasto é nula.

Portanto, não restam dúvidas acerca da competência reconhecida pela Constituição Federal para que o Município possa legislar sobre a matéria tratada pelo projeto de lei complementar em análise.

Neste sentido, cabe aos parlamentares apreciar, se neste caso concreto, em uma perspectiva política, a viabilidade de regulamentação que se promove aos atos e procedimentos permitidos no referido projeto de lei complementar.

3. CONCLUSÃO.

Em face de todas as considerações acima expostas e com base nas prerrogativas/atribuições elencadas no anexo III, da Lei Complementar nº 240, de 03 de abril de 2017, me manifesto em caráter **consultivo/opinativo pela legalidade e pela constitucionalidade do presente projeto de lei complementar nº 15/2025**, nele não encontrando qualquer vício referente à competência municipal para legislar sobre a matéria, estando toda ela fundamentada na competência legislativa genérica disposta pelo artigo 18 e incisos I do artigo 30, ambos da CF/88 ou vício de iniciativa para deflagrar o processo legislativo, fundamentado nos incisos I e III, do art. 210, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cordeirópolis c/c as disposições contidas no inciso I, do artigo 49 e inciso VI, do artigo 81, ambos da Lei Orgânica do Município.

De igual modo, o projeto de lei complementar não viola qualquer regra ou princípio fixado pela CF/88, tratando-se de medida situada no âmbito da estrita discricionariedade político-administrativa do legislativo municipal.

Por todo exposto e como forma de se fazer cumprir os termos regimentais desta Casa de Leis, encaminhe-se para ciência e deliberações, o Projeto de Lei Complementar, respectivamente, à Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Finanças e Orçamentos e à Comissão de Obras, Serviços Públicos, Educação, Saúde, Assistência Social, Agricultura, Urbanismo, Meio Ambiente, Cidadania e Legislação Participativa!

Este é o meu Parecer, S.M.J.

Cordeirópolis, 02 de outubro de 2025.

OAB/SP nº 268.068

Diretor Jurídico – Câmara Municipal de Cordeirópolis